

GOVERNO ELETRÔNICO, TELECENTRO E MOVA-DIGITAL: A HISTORICIDADE E A ALFABETIZAÇÃO DIGITAL

CHIUMMO, Ana – PUC-SP –

MENGALLI, Neli Maria – PUC-SP –

Educação de Pessoas Jovens e Adultas

Introdução

O presente trabalho é fruto de um estudo baseado na tese de doutorado chamada **Consciência política e cidadania na alfabetização e na inclusão digital a experiência da rede municipal de ensino da cidade de São Paulo**, defendida em 2004, por Ana Chiummo, autora deste escrito e tem o objetivo de resgatar a história da alfabetização digital sob três óticas: o governo eletrônico, os telecentros e o MOVA digital.

A primeira análise feita foi a respeito do que previa o serviço de atendimento aos cidadãos para promover a inclusão digital para o desenvolvimento social auto-sustentável e, em alguns casos, resgate da cidadania, o governo eletrônico. Seguida da história dos Telecentros, que serão apresentados como espaços que tem computadores conectados à Internet e permitem que a população utilize os equipamentos, faça cursos e acesse “sites” e programas. Tem como objetivo ampliar a cidadania, digital, por exemplo, e combater a exclusão social e econômica, garantindo a privacidade, a inserção e o fortalecimento do desenvolvimento local, prevendo uma organização de modo que as pessoas consigam adquirir autonomia tecnológica, mesmo que básica, para assumirem o papel de e-cidadãos, tudo isso com o uso do “software” livre.

A ênfase será ao MOVA digital, que após a gestão Paulo Freire como secretário municipal de Educação, este foi o primeiro olhar que a Secretaria Municipal de Educação lançou para a educação de jovens e adultos, como os dados fornecidos pelo Censo de 2000 eram alarmantes: a cidade de São Paulo possuía 400 mil pessoas que não sabem ler. Eram homens e mulheres provenientes das mais diversas regiões do Norte e Nordeste de nosso País, que tinham os seus direitos subtraídos ao exercício da cidadania.

A escolha dos modos de verificar a questão da alfabetização foi histórica e política – no sentido de escolhas, a fim de mostrar ao leitor o panorama existente das

peessoas que se sujeitam a um subemprego em favor dos filhos, para que não morram de fome e não tenham destino semelhante. Divido em três partes procura retratar uma realidade delimitada, que facilmente pode ser estendida a outros centros, procura com assertivas escrever uma história que não é neutra e tem o conhecimento como foco principal, um conhecimento de mundo que não é desrespeitado e que pode ser resgatado em cada cidadão.

O Governo Eletrônico e a Cidadania

O Programa Governo Eletrônico¹ prevê um serviço de atendimento aos cidadãos para promover a inclusão digital para o desenvolvimento social auto-sustentável e, em alguns casos, resgate da cidadania. Os locais para implantação de Telecentro costumam ser lugares em que haja baixo I. D. H. – Índice de Desenvolvimento Humano, não disposição de acesso a Internet e potencialidade para o trabalho com as tecnologias. A pretensão é elevar o índice dos moradores, facilitando o acesso a informações por meio de tecnologias que possibilitem a ruptura do isolamento físico, social, humano e econômico e recuperar a língua, a cultura e os valores locais.

As áreas periféricas possuem peculiaridades que serão administradas por pessoas que conhecem as problemáticas e o uso de “softwares” livres deverá ser disseminado. A noção de revitalização de espaços comunitários e a construção, produção e gestão da comunicação comunitária serão valorizadas.

O processo de informatização e reorganização das páginas governamentais impulsionará mudanças em todos os órgãos públicos e os Telecentros são considerados promotores da inclusão digital e da cidadania, na atualidade, não é possível mensurar o impacto, embora haja estudos a esse respeito, porém relatos de usuários e coordenadores sinalizam uma mudança de comportamento nos frequentadores. Investimentos em

¹ Governo eletrônico é um termo que caracteriza uma administração por via tecnológica, prezando pelo armazenamento e registro, bem como disponibilizando informações, serviços, produtos a partir de recursos tecnológicos ou “ferramentas” potenciais em representatividade a órgãos públicos. Disponibiliza em tempos reais a geografia dos locais para acesso a todos os cidadãos de modo a ter beneficiários diretos e indiretos na esfera pública e civil, embora a ênfase seja pública. Estão implícitos no governo eletrônico, o Relacionamento, o Suprimento, a Gestão do Conhecimento, a Inteligência Competitiva e as Tecnologias Colaborativas. Na perspectiva do cidadão, o oferecimento de serviços de utilidade pública, na perspectiva de processos, repensar o “*modus-operandi*” dos processos produtivos no governo, na perspectiva da colaboração, decisão rápida, sem fragmentação e sem perda da qualidade, na perspectiva da Gestão do Conhecimento, gerenciar e criar repositórios adequados e trabalhar com o conhecimento gerado e acumulado em vários órgãos.

Telecentros e em softwares livres e gratuitos são citados pelos responsáveis pelo Comitê de Implantação do Governo Eletrônico no Brasil.

A Cidadania a Inclusão Digital e os Telecentros

O Governo Eletrônico da Prefeitura de São Paulo assumiu que a sociedade é cada vez mais uma sociedade em rede, que estamos vivendo uma revolução informacional, que as novas tecnologias estão cada vez mais atuantes nas elites e estão sendo utilizadas pelas principais corporações, empresas e governos.

Não se combate a pobreza simplesmente distribuindo alimentos; é necessário levar às áreas onde está o povo de maior exclusão social a possibilidade de as pessoas estarem inseridas nesse novo processo. A Rede Mundial de Computadores não deve ser apenas para aqueles que dispõem dela em casa, é necessário articular esforços e colocar pontos onde temos a cidadania eletrônica.

As Coordenadorias Gerais do Governo Eletrônico tinham que aumentar a inclusão digital para que os cidadãos conseguissem acesso nos Portais Governamentais, os Telecentros “assumiram” esse papel frente à sociedade. Parcerias com o Terceiro Setor permitiram o recrutamento de pessoas pertencentes às regiões em que estavam localizados os Telecentros e a capacitações e treinamentos para dar cursos de informática básica e atendimento à comunidade local.

O governo federal pensa na informação como um fator estratégico² para a construção de um novo modelo de gestão pública, para tanto concebeu 45 (quarenta e cinco) metas que prevêem 250 (duzentos e cinquenta) Pontos Eletrônicos de Presença³ para que seja cumprida a meta principal⁴, a universalização do acesso e a disponibilização de todos os tipos de serviços de governo. A Transparência é pretendida, por meio da utilização intensiva das novas formas eletrônicas de interação, além de estímulo à participação social no funcionamento do governo.

² Disponível em: <http://www.redegoverno.gov.br/>. Acesso em 27 de novembro de 2005.

³ Toda a representação do governo federal, em locais com mais de 600 habitantes, deverá ter pelo menos um Ponto Eletrônico de Presença - PEP de acesso público até dezembro de 2001. Cada PEP irá disponibilizar um pacote de serviços nas áreas de educação, saúde, previdência social, trabalho, segurança e direitos humanos, através do portal Rede Governo. Podendo ser verificado na íntegra em Criação de Pontos Eletrônicos tem R\$ 54 milhões em Recursos. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/planejamento_investimento/conteudo/noticias/criacao_pontos_eletronico_s.htm. Acesso em 27 de novembro de 2005.

⁴ A meta principal deveria ser cumprida em 2002.

Histórico dos Telecentros

Telecentros são espaços cedidos pelas entidades e associações de bairros para abrigar de 10 a 20 computadores, todos conectados à Rede Mundial de Computadores para uso comunitário e, em geral, gratuitamente.

Na realidade, os Telecentros fazem parte de um Plano de Inclusão Digital, conhecido como e-cidadania, elaborado pela Coordenadoria do Governo Eletrônico, pertencente à Secretaria Municipal de Comunicação e Informação Social da Prefeitura de São Paulo, criada em janeiro de 2001, tendo como responsabilidade cuidar da mediação, por computador, entre a administração e a população.

As atividades oferecidas são cursos de informática básica e oficinas especiais, para combater a exclusão digital nos bairros mais carentes, com pior qualidade de vida e menor presença do Estado e, ainda, com um histórico de violência.

Os usuários do Telecentro possuem um e-mail gratuito, mantido pela Coordenadoria do Governo Eletrônico da Prefeitura de São Paulo; isso facilita a troca de e-mail entre os usuários e o mundo, e funciona da seguinte maneira, o nomedousuário@ecidadania.inf.br, para visitar o web mail e-cidadania, basta acessar o site www.ecidadania.inf.br.

O Projeto sampa.org, no ano de 2001, colaborou com os projetos sociais da Prefeitura do Município de São Paulo, capacitando cem bolsistas de dois projetos sociais: o Bolsa Trabalho e o Começar de Novo.

Convênio: Sampa.org e Prefeitura do Município de São Paulo

No mês de julho do ano de 2002, firmou-se um convênio entre o Projeto sampa.org e o Governo Eletrônico da Prefeitura de São Paulo, unindo as duas iniciativas num projeto de inclusão digital e, com ela, de inclusão social, instalando-se vários Telecentros na cidade de São Paulo.

O Projeto Mova-Digital também faria parte desse convênio, beneficiando os alunos quanto ao uso da informática e levando-os a utilizar o Telecentro para o envio de um currículo em busca de um emprego ou acessando a web em busca de notícias.

O objetivo dos Telecentros da cidade de São Paulo também é a inclusão digital, assim como o desenvolvimento social, econômico, político e cultural das comunidades, levando a uma melhoria na qualidade de vida das pessoas, ao exercício pleno da

cidadania, à disseminação do conhecimento através das novas tecnologias da informação e comunicação, fazendo surgir novas formas de organização, a oportunidade de comunicação com pessoas da comunidade pelo correio eletrônico, mostrando a história de evolução da comunidade através da agência de notícias on-line, e não apenas as dificuldades vividas por causa da violência, o abandono e os altos índices de exclusão social.

MOVA Digital e as Parcerias para a Inclusão e Alfabetização

O então secretário municipal de Educação no ano de 2001, propôs fazer uma parceria com as escolas municipais, Projetos Sampa.org e os Telecentros. O eixo norteador do projeto Mova Digital seria a linha freireana.

A questão desafiadora para a equipe deste novo projeto que iniciou a construção do Mova Digital em sala de aula na PUC-SP foi a seguinte: “... *se Paulo Freire estivesse vivo, como gerenciaria este mundo? Mas o que Paulo Freire faria? Como esses conceitos passariam pelos monitores que ainda trabalham o Mova nas comunidades? Como a Secretaria da Educação poderia fazer a releitura de Paulo Freire à luz das novas tecnologias?*”

O Mova Digital entra não apenas como tecnologização do método freireano, mas também como a leitura de outro mundo que foi posto na última década, ao qual Paulo Freire estava imensamente interessado e preocupado.

Para construir o Projeto Mova Digital, era necessário ter claro e explícito os fundamentos teóricos-críticos sobre alfabetização digital e pensar em como estabelecer uma parceria com projetos desenvolvidos pelas secretarias tais como Sampa.org e os Telecentros, ambos trabalhando com um Plano de Inclusão Digital.

Qual é o problema que este novo mundo traz para o ser humano, que o desumaniza, que o exclui dos benefícios que a sociedade produz e que ele mesmo produz, que o afasta um do outro, que o afasta do próprio ser humano, que o aprisiona? O desemprego estrutural tecnológico é o problema que não é evidente para as classes menos privilegiadas e para a população em geral.

Este mundo veio para trazer a exclusão em nome da participação, da comunicação global. Conscientizar-se disto exige não apenas a reflexão, mas também o

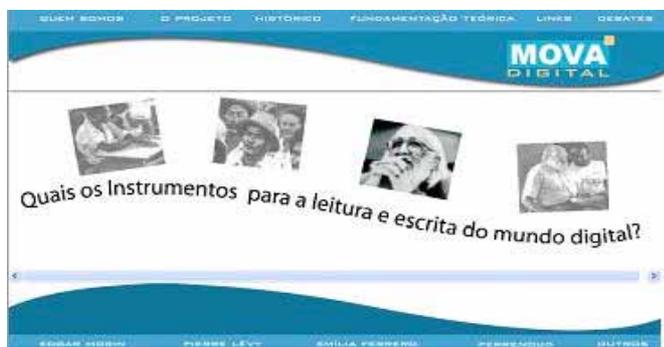
domínio da tecnologia; logo, o domínio da tecnologia entra como o domínio da retomada de consciência, de apropriação e reescrita deste mundo, para que se possa participar dele.

Estava nascendo, então, naquele momento do projeto Mova Digital, um site elaborado pela academia, cuja idéia central era reunir textos para servir de subsídios para os professores alfabetizadores, cujas fases seguintes seriam construídas com os professores que trabalham com a Educação de Jovens e Adultos.

A perspectiva era a de criar, com a Secretaria Municipal de Educação, uma parceria para elaborar uma metodologia apropriada, um modelo de alfabetização que pudesse não apenas conscientizar e ensinar a escrita alfabética, mas também a escrita de um novo mundo com base na cidadania, na justiça e na verdade.

Foram elaborados dois sites para trabalhar com os professores alfabetizadores e monitores do Mova, que eram: o site da Secretaria Municipal de Educação: www.prodampsp.gov.br/sme e o site acadêmico do Mova Digital, elaborado por alunos pesquisadores e professores da PUC-SP: www.movadigital.pucsp.br. Os professores da academia eram o próprio Secretário de Educação Municipal, Fernando José de Almeida e a Profa Maria Elizabeth B. de Almeida.⁵

A digitalidade cidadã se opõe ao digital servil, inocentemente maravilhado e docemente ingênuo. O mundo das novas tecnologias da informação e comunicação não se apresenta aos seus usuários docilmente como se fosse um éden de facilidades e de libertação do ser humano das tarefas repetitivas e rotineiras. Extraído do sítio do MOVA-Digital



O objetivo do site era disponibilizar às pessoas um espaço para fazer perguntas ou deixar suas sugestões. Tratava-se de um site aberto à discussão, mais um canteiro de obras. A idéia era promover uma discussão entre os professores e pessoas estudiosas que se interessa pela alfabetização de jovens e adultos.

Conclusões

⁵ A Profa Dra Maria Elizabeth B. de Almeida coordenou o Projeto Mova Digital no ano de 2001.

O trabalho desenvolvido nesta pesquisa apresentou elementos para fundamentação e compreensão da importância da inclusão digital e da utilização cidadã dos recursos da informática para a alfabetização de jovens e adultos. Foram colocados em foco alunos que, na infância, não tiveram oportunidade de aprender a ler e escrever, mas em outro momento de suas vidas voltaram aos estudos para fazer parte daqueles que têm acesso à tecnologia a seu favor e de sua comunidade.

Com a alfabetização digital, os alunos abriram esperança e expectativas de ampliar horizontes e fazer projetos de vida que irão aumentar suas oportunidades de lutar para diminuir e amenizar suas dificuldades.

O objetivo desta pesquisa foi descrever, analisar, organizar e sugerir uma metodologia adequada para levar o aluno das classes populares a obter autonomia para que, por meio do conhecimento crítico, ele possa tomar consciência de quais informações devem ser selecionadas. Visou também este trabalho analisar um ambiente que favorece o aluno a construir um conhecimento crítico, para que possam ter condições de escolha e decisão, levando-os ao exercício da cidadania, tornando-se mais cooperativos e autônomos através da inclusão cidadã e liberdade de ação.

Ao fim deste trabalho entendemos que a educação abraçando a tecnologia para uma sociedade mais justa, pode oferecer condições para que o aluno do EJA venha abrir portas para sua inclusão digital, democratizando o acesso à informação e levando-o à construção do conhecimento crítico.

O processo ensino-aprendizagem nesta pesquisa foi visto como construção e reconstrução, repleta de significados, partindo de uma dada realidade, prevendo a ação do homem sobre essa realidade e fazendo com que esses homens e mulheres emergissem da condição de observadores do mundo e pudessem passar a condição de sujeitos atuantes.

A trajetória de cada aluno foi reconstruída e debatida para que eles pudessem perceber que são sujeitos de sua própria história a partir dos depoimentos de seu cotidiano. Esse momento aconteceu pelo ato educativo da dialogicidade, quando levamos os alunos do Mova Digital a:

- ✓ conhecimentos atualizados (inclusão cidadã);
- ✓ novas soluções para problemas antigos (liberdade de ação);
- ✓ capacidade decisória (autonomia);
- ✓ atitude crítica reflexiva (liberdade de ação);
- ✓ refletir sobre o resultado de suas ações (liberdade de ação);

- ✓ programar atividade para melhoria de seu bairro, cidade e país (cooperação).

Esses alunos pesquisados, trabalhadores e trabalhadoras, abriram perspectiva para que pudessem vencer a insegurança e a baixa auto-estima, e se propusessem a sair da condição de “excluídos da vida”.

Nossos alunos se mostraram autoconfiantes participando ativamente nas decisões de sua família, de seu bairro, escola e nas escolhas políticas do País por meio do voto consciente o que se evidenciou na atividade que realizaram a partir da discussão sobre a urna eletrônica.

Referências

ALMEIDA, Fernando José de - **Educação e Informática- os computadores na escola**. 2º. Edição, São Paulo - 19 coleção- Polêmica do Nosso tempo- São Paulo: Editora Cortez,1988.

CHIUMMO, Ana. **O Conceito de Áreas de Figuras Planas: Capacitação para Professores do Ensino Fundamental**. Tese de mestrado em Ensino da Matemática. PUC-SP. 1998.

DOWBOR, Ladislau. **Tecnologias do Conhecimento – os desafios da educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____. **Prefácio - Paulo Freire: À sombra desta Mangueira**. In: *À Sombra desta Mangueira*. 2 ed. São Paulo: Editora Olho D'Água, 1995. p. 9 – 11

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipas Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos**. 2ª edição, São Paulo: Editora Cortez,1993

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa –** - 15ª Edição, São Paulo, Coleção Leitura – Paz e Terra,2000.

_____.**Alfabetização e Cidadania**. In: Revista Educação Municipal nº 2 – São Paulo: Editora Cortez, 1988.

_____. **Pedagogia da Indignação – cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

SME - Secretaria Municipal de Educação – **Capacitação de Informática em Educação**. São Paulo, 1998.

SME – Secretaria Municipal de Educação – Caderno nº 1, Mova-SP, **Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo**. 1989.

_____. Caderno nº 2, Mova-SP, **Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos. Princípios Políticos-Pedagógicos do Mova-SP**. 1990.

_____. Caderno nº 3, **Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos. Construindo a Educação Pública Popular. Diretrizes e Prioridades para 1991**. São Paulo. 1991.

_____. Caderno nº 4, **Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos. Construindo o Ciclo Ensino Fundamental I**. 1992.

_____. **Educação de Adultos. Currículo e Programas. Parâmetro Curriculares Modulares – Proalfa**. São Paulo. 1995.

Materiais coletados na Internet

Administration of Projects, Consultancies, and Travel. Disponível em: <http://www.idrc.ca/acacia/telecentre.html>. Acesso em 19 de novembro de 2005.

Casa Civil Anuncia Criação do Comitê Gestor do Governo Eletrônico. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/tecnologia_informacao/conteudo/noticias/casa_civil_anuncia.htm. Acesso em 27 de novembro de 2005.

O que é um Telecentro? Motivo da criação dos Telecentros. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/Telecentro/sobre.cfm>. Acesso em 11 de novembro de 2005.

Olhares diversos sobre inclusão digital. Telecentros e e-Gov. Disponível em: <http://arruda.rits.org.br/notitia1/servlet/newstorm.notitia.apresentacao.ServletDeSecao?codigoDaSecao=3&dataDoJornal=1085778300000>. Acesso em 27 de novembro de 2005.

Projecto de Instalação de dois Telecentros-Piloto na Província de Maputo – Manhiça e Namaacha. Disponível em: www.Telecentros.org.mz/proj_m_n.htm. Acesso em 19 de novembro de 2005.

Red Científica Peruana. Disponível em: <http://www.rcp.net.pe>. Acesso em 19 de novembro de 2005.

Release escrita por Bárbara Lopes em 02 de março de 2005. Disponível em: <http://www.Telecentros.sp.gov.br/institucional/imprensa/releases/index.php?p=2644>.

Acesso em 11 de novembro de 2005.

Technology and Telecentres. Disponível em: <http://www.vita.org/technet/cccarch>. Acesso em 19 de novembro de 2005.

Telecentros da Cidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.telecentros.sp.gov.br/>. Acesso em 04 de dezembro de 2005.

The Food and Agriculture Organization of the United Nations. Sustentabilidade e Informação para o desenvolvimento econômico nacional. Disponível em: <http://www.fao.org/waicent/faoinfo/sustdev/CDdirect/Cdan10010.htm>. Acesso em 19 de novembro de 2005.

The International Development Research Centre (IDRC). Disponível em: <http://www.idrc.ca/acacia/outputs/lemonade/lemon.html>. Acesso em 19 de novembro de 2005.

The University of Sheffield. Telecentres and Digital Divide. Disponível em: <http://www.shef.ac.uk/uni/projects/csnl>. Acesso em 19 de novembro de 2005.